

I. ESTADO DE GOIÁS

1. Análise Econômica do Estado e Escolha dos Polos de Desenvolvimento

A. Considerações gerais

De uma série de estudos realizados sobre o Estado de Goiás, que se prenderam à análise das Condições Geográficas, dos Aspectos Demográficos, da Infra-Estrutura, da Renda e do Produto Interno, da Produção, do Comércio Interestadual e das Finanças Estaduais, foi possível chegar-se a definição de um conjunto de fatores que têm limitado o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento industrial dessa unidade da Federação.

Básicamente, constata-se a existência de abundantes recursos naturais, como terras férteis, potencial hidráulico, matérias primas para a indústria, etc., refletindo as possibilidades potenciais de desenvolvimento tanto no setor agrícola como no setor industrial da região.

No entanto, toda essa grama de recursos não tem sido devidamente utilizada por uma série de razões, entre as quais destaca-se o curto espaço de tempo em que se tem verificado a ocupação do território goiano, o qual tem atraído fluxos migratórios de forma significativa apenas nos últimos quinze anos.

De fato, a ocupação do Estado, com fixação da população em atividades primárias é bastante recente, assumindo um caráter ainda de pioneirismo, principalmente nas regiões de Mato Grosso de Goiás e Sudoeste. (*)

Do lado dessas duas regiões destaca-se ainda a região Central, que apesar de ser de ocupação mais antiga teve o seu número de habitantes consideravelmente aumentado na última década. A população da região Norte, embora tenha crescido significativamente de 1.950 a 1.960, é ainda pouco expressiva. A região do Planalto, em que se encontra o município de Anápolis, teve sua população aumentada de forma pouco acentuada, o que se deve principalmente ao fato de ser composta por uma parcela ao norte do Distrito Federal em que, praticamente, não se verificou fixação de população. Resta fazer referência à região E. Ferro, que sendo a mais velha do Estado, parece estar atravessando um período de estagnação, pois na última década o número de habitantes naquela região aumentou de apenas 8,8%.

De um modo geral a população do Estado cresceu de forma bastante acentuada na década dos cinquenta, crescimento esse correspondente à uma taxa cumulativa

(*) Utilizou-se no correr do trabalho a divisão regional proposta do Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás - Governo Mauro Borges Teixeira.

anual de 4,9%, bem superior à de 3,2% verificada para o Brasil. O aumento demográfico registrado em Goiás deve-se em grande parte aos fluxos migratórios, uma vez que a taxa de crescimento vegetativo da população foi de apenas 2,23% no período 1.940/50, durante o qual a população aumentou à uma taxa de 3,9% aa.

As observações acima formuladas evidenciam portanto a magnitude da ocupação demográfica no Estado, que se tem verificado mais acentuadamente, nas regiões Central, Mato Grosso de Goiás e Sudoeste. No entanto a fixação verifica-se de formas diferentes nas regiões acima apontadas, ligando-se mais à zona rural nas duas últimas e mais à zona urbana na primeira.

Crescimentos de população urbana consideráveis tem-se verificado apenas na região Central, na cidade de Goiânia e na região do Planalto, na cidade de Anápolis. Deve-se fazer referência ao fato de ser Goiânia a única cidade do Estado com população superior a 50.000 habitantes (132.577 em 1960), bastante distanciada sob esse aspecto das demais.

A recente ocupação do território goiano em que a fixação da população assume ainda o caráter de pioneirismo, é um indicador do estágio inicial de desenvolvimento em que se encontra a economia do Estado.

Decorre daí entre uma série de outros fatos, principalmente a ausência ou falta de mão de obra, agravada pelas deficiências de saúde e ensino, e a deficiência de mercados, que é ainda mais acentuada pelos baixos níveis de renda da população, que se constituem em fatores restritivos ao desenvolvimento do Estado.

Aliás, a análise da renda interna goiana dá uma compreensão bem clara do estágio de desenvolvimento da economia goiana. Daquela análise podem-se obter algumas observações interessantes, a saber: 1) a renda e o produto per capita goianos são muito baixos, (inferiores aos dados relativos ao Brasil); 2) a renda e o produto per capita, apesar das elevadas taxas de crescimento demográfico, têm crescido de forma bem acentuada, (o produto real per capita goiano cresceu no período de 1950/60 a uma taxa cumulativa anual de 5,6% muito superior à taxa de 2,4% verificada para o Brasil); 3) O setor primário tem participação muito forte na formação da renda interna do Estado. (No período 1947/60 essa participação girou em torno da média de 65%); 4) A estrutura da Renda Interna, isto é, a participação dos setores primários, secundário e terciário na formação da Renda Interna, manteve-se praticamente constante no período de 1947/60.

Conclui-se dessas observações que apesar do produto real e da renda interna goiana estarem crescendo de forma acentuada, a economia encontra-se ainda num estágio inicial de desenvolvimento, pois além dos níveis de renda per capita serem muito baixos o setor agrícola. Ou seja, o crescimento da renda e do produto deve-se a aumentos proporcionais nos diferentes setores. Isso demonstra que o setor primário tem ainda muitos recursos para absorver. Normalmente o desenvolvimento econômico é caracterizado pelo aumento mais que proporcional do setor industrial em relação ao setor agrícola.

O Estado de Goiás ainda não atingiu esse estágio de desenvolvimento o que se explica pela ocupação de novas áreas no setor agrícola e pelo fato de indústria, ainda incipiente, estar estreitamente ligada à agricultura (beneficiamento de produtos agrícolas), expandindo-se ou retraindo-se à seu compasso.

A realidade é que a agricultura goiana está em franca expansão. A abertura de estradas novas e a melhoria de algumas estradas existentes incentiva a ocupação de novas áreas, o que vem acarretar aumentos constantes na área cultivada e na produção agrícola do Estado.

Aliados aos fatores acima mencionados, e em posição de destaque colocam-se ainda, dada a característica de ocupação recente da região, as deficiências da infra-estrutura, refletidas num baixíssimo potencial hidroelétrico instalado e num número de estradas. Note-se ainda que esses setores básicos desenvolveram-se fortemente na última década.

Atualmente a Indústria goiana sente diretamente o problema de falta de energia elétrica, através de cortes no fornecimento, que embora não constantes, têm-se repetido com relativa frequência, mormente durante a última estiagem verificada nos inícios de 1964. No entanto, essas dificuldades poderão ser resolvidas rapidamente com o término dos trabalhos da segunda etapa de Cachoeira Dourada. Naturalmente, a inclusão dessa unidade no sistema de energia elétrica do Estado representa apenas uma solução a médio prazo. Num período mais longo a situação crítica atual poderá retornar com maior violência, pois é de se prever uma estrutura industrial mais diversificada, que exigirá cada vez mais, maiores quantidades de energia. É necessário que se pense imediatamente no aproveitamento de novos potenciais hidroelétricos. A terceira fase de Cachoeira Dourada deveria ser atacada logo após a conclusão dos trabalhos da segunda etapa. Paralelamente, a construção da Usina de São Félix no Rio Tocantins e o aproveitamento do potencial do Canal de São Simão, constituem medidas que não devem ser absolutamente, relegadas a um plano secundário.

A construção de pequenas usinas no norte do Estado, que vem sendo efetivada, representa uma solução também a médio prazo, para o problema de fornecimento de energia numa região, que vem demonstrando grandes possibilidades de desenvolvimento. No entanto, um plano geral de eletrificação do Estado a longo prazo, se bem que possa ser sacrificado parcialmente em benefício de soluções imediatas, não deve ser abandonado.

Quanto ao sistema de transportes o que se verifica é a existência de uma rede ferroviária muito pobre, com pouco mais de 400 quilômetros de linhas, e cujo movimento em 1962 foi aproximadamente da mesma magnitude do verificado em 1948. A rede rodoviária, de um modo geral também muito rudimentar, vem se desenvolvendo principalmente em determinadas regiões do sul do Estado, em torno da Capital Federal e das cidades de Goiânia e Anápolis. Pode-se dizer atualmente que a região das cidades

de Goiânia e Anápolis, conta com uma razoável rede de transportes rodoviários, e que em grande parte se deve à construção de Brasília. De fato essas duas cidades constituem-se praticamente no ponto central do sistema, enfeixando Goiânia as ligações com o sul e sudoeste do Estado e Anápolis as ligações com o norte. A navegação fluvial, embora de grandes possibilidades potenciais não tem tido expressão, em virtude de necessidade de remoção de alguns obstáculos naturais, que exigiria inversões muito elevadas para sua concretização.

Dentro desse panorama geral salienta-se a região de Goiânia e Anápolis, incluindo parte da região de Mato Grosso de Goiás e da região Central, pelo fato de se encontrar numa situação mais favorável no que diz respeito ao sistema de transportes e ao fornecimento de energia elétrica.

Com a construção de Brasília e a abertura de novas estradas a produção agrícola do Estado tem crescido, com vistas não somente ao mercado da capital federal mas também e principalmente aos mercados de São Paulo e Rio. A realidade é que Goiás tem condições para se transformar num grande abastecedor de produtos agrícolas aos mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, (além de Distrito Federal). Condições de localização, condições de solos, condições de clima. Porém é necessário que haja alterações no processo produtivo, uma vez que, se não se introduzirem meios racionais de cultivo, o aumento da produtividade da agricultura nos outros estados, principalmente em São Paulo, pode acabar por subtrair à Goiás essa possibilidade. Um dos principais obstáculos à expansão agrícola do Estado é a deficiência do sistema de transportes, mormente no que concerne as ligações entre as zonas produtoras e os principais centros do Estado, uma vez que as ligações entre esses centros e os mercados consumidores deixaram de ser problemáticos pela pavimentação das rodovias que dão acesso à Brasília. De grande utilidade para a solução desses problemas vem sendo o Consórcio Rodoviário Inter-Municipal, que no entanto luta com algumas dificuldades para a objetivação de medidas positivas e concretas, face ao volume dos trabalhos à realizar.

A lavoura no Estado de Goiás, caracteriza-se principalmente pela produção de arroz (que em 1962 representava 57% do valor total da produção das lavouras) seguida pelas produções de milho, feijão e café. De um modo geral as principais características da lavoura goiana podem ser relacionadas da forma que segue: 1) concentração em torno da produção de arroz, milho, feijão, café e num grau menor, cana de açúcar, algodão, mandioca e fumo; 2) tendência à concentração cada vez maior da produção desses produtos, principalmente o arroz; 3) baixíssimos coeficientes de mecanização; 4) predominância do sistema de grande propriedade; 5) aumentos muito significantes na área cultivada, principalmente nas regiões de Mato Grosso de Goiás, Central e Sudoeste; 6) diminuição do número de pessoas ocupadas por hectare, dada à pequenos aumentos na mecanização; 7) rendimentos praticamente constantes, isto é,

produção física por hectare quase imutável; 8) grande importância relativa no total da produção primária do Estado, isto é, a produção das lavouras é bem mais significativa que a produção de animal e derivados correspondendo a valores próximos à casa dos 65% da renda gerada pelo setor primário. (período de 1950/60).

As características acima apontadas da lavoura goiana, mais uma vez evidenciam o aspecto de pioneirismo da ocupação do Estado, onde aumentos de produção se devem mais a aumentos na área cultivada, que a aumentos no rendimento. Não são introduzidas melhorias técnicas no cultivo, não há aumentos de produtividade. Há um crescimento em extensão.

Quanto à pecuária deve-se notar que Goiás conta com um dos maiores rebanhos bovinos do Brasil, e com uma considerável produção de leite. No entanto, a taxa de desfrute do gado bovino é baixíssima, (5,7%), parte devida às exportações de gado vivo não computadas. Os poucos frigoríficos existentes em Goiás não dispõem de câmaras frias para a estocagem de carne, o que implica na produção de charque, a qual por sua vez representa grandes desperdícios. Existe muito campo para o desenvolvimento da indústria de abate e frigorificação de carne. Fazem-se porém necessárias algumas invenções em equipamentos adequados para esse fim.

O início de um processo de industrialização principalmente em Goiânia e Anápolis, o aparecimento de novos mercados consumidores, (região de Goiânia e Anápolis e Brasília), o aumento da procura de carne e laticínios nos grandes centros do país, são fatores que favorecem o desenvolvimento da pecuária goiana, através do emprego de métodos racionais de criação. Atualmente a criação de gado, em certas regiões do Estado, é feita em moldes puramente extrativistas, sem a preocupação da melhoria do "tipo", nem mesmo sob o aspecto de aumento de peso. Inicia-se, no entanto, um processo lento de melhoria dos rebanhos nas regiões mais desenvolvidas do Estado.

Quanto ao desenvolvimento industrial no Estado de Goiás, deve-se primeiro fazer referência à estrutura rudimentar que caracteriza o setor secundário. De fato a Indústria goiana é muito pouco expressiva, participando na formação da renda interna numa porcentagem de apenas 7%. (1960). Dentro do setor Indústria de Transformação, destacam-se principalmente os sub-setores Produtos Alimentares, Transformação de Minerais não Metálicos e Madeira. Note-se que o valor adicionado pela Indústria de Produtos Alimentares correspondia em 1960 à 64% do valor total adicionado pela Indústria de Transformação. É uma porcentagem muito elevada, que caracteriza bem a Indústria goiana, ainda mais quando se tem em conta que o valor adicionado pelo componente Beneficiamento, Torrefação e Moagem, representa 55% do total da Indústria de Produtos Alimentares.

Verificou-se no último decênio uma tendência à diversificação da produção industrial, expressa pelo crescimento de outras classes de indústria, principal-

mente a de Transformação de Minerais não Metálicos, (diretamente ligada à Construção Civil), e da de Transformação da Madeira.

Comparando-se os Censos Industriais de 1950 e 1960, pode-se verificar que o número de estabelecimento industriais passou de 623 para 1.572, aumentando de 2.866 para 6.262. O número de operários por estabelecimento diminuiu passando de 4,6 para 4,0.

As rápidas observações feitas acima permitem a compreensão da simplicidade do setor industrial goiano, bem como a sua dependência com relação ao setor agrícola.

No que se refere à produção por município destacam-se novamente Anápolis e Goiânia, com valores de produção muito superiores aos dos demais municípios. Nota-se que o valor da produção industrial de Anápolis é superior ao de Goiânia, (em 1960). No entanto a indústria é mais diversificada na capital do Estado, onde 30,5% do valor da produção decorre de setores outros que propriamente o Setor de Produtos Alimentares. Já em Anápolis esse setor é de importância muito maior atingindo 90% do valor da produção total da Indústria de Transformação.

Explica-se a posição mais elevada da indústria de Produtos Alimentares de Anápolis, pois esse município, canaliza, pela posição privilegiada em que se encontra, no que concerne ao sistema rodoviário, a produção agrícola de uma das regiões mais férteis do Estado.

B. Conclusão

Pelo que foi exposto nos itens anteriores, verifica-se que as mais favoráveis condições para o desenvolvimento industrial, concentra-se na região dos municípios de Anápolis e Goiânia, profundamente ligada à região de Mato Grosso de Goiás

A zona sul do Estado, que também apresenta condições favoráveis de energia, demografia e transportes, e que conta, dentro das devidas proporções, com uma razoável produção agrícola e industrial, deve ser colocada num segundo plano, quer pelo crescimento menos significativo que vem apresentando, quer pelo fato de estar muito mais voltada aos principais centros do Triângulo Mineiro e a São Paulo, de que ao interior do Estado de Goiás. Destaca-se principalmente nessa região a cidade de Itumbira, na divisa com o Estado de Minas Gerais, que do ponto de vista de integração econômica regional é muito mais uma cidade do Triângulo do que uma cidade de Goiás.

As cidades de Anápolis e Goiânia constituem os maiores núcleos urbanos de Goiás. A região de Mato Grosso de Goiás, bem como o norte da região Central, e o Oeste da Região do Planalto, envolvendo aquelas duas cidades, apresentam as mais sig

nificativas concentrações demográficas, os melhores solos, as mais elevadas taxas de crescimento populacional e de renda. Caracteriza-se assim uma nova região, composta por parcelas das regiões definidas anteriormente, o que se convencionou chamar de região Anápolis - Goiânia. Abrange principalmente os seguintes municípios: Goiânia, A badiânia, Anápolis, Anicuns, Bela Vista de Goiás, Carmo do Rio Verde, Ceres, Córrego de Ouro, Corumbá de Goiás, Goianésia, Goiás, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Itaberaí, Itapaci, Itapuranga, Itaçu, Jaraguá, Leopoldo de Bulhões, Mossamedes, Nazário, Nerópolis, Palmeiras de Goiás, Pirenópolis, Rialma, Rubiataba, São Francisco de Goiás, São Luiz dos Montes Belos, Trindade e Uruana; conforme divisão municipal vigente em 1963.

As características comuns desses municípios e o entrosamento existente entre eles é que permite seu englobamento numa única região. Goiânia e Anápolis estão à sudoeste dessa zona, ligadas por aproximadamente 50 quilômetros de estrada pavimentada. As demais cidades ligam-se a essas duas por outras rodovias, (em sua maioria não pavimentadas), por onde escoam grande parte de sua produção agrícola. Nota-se uma identidade de solos, de crescimento demográfico e de renda, de concentração demográfica, de produção agrícola. Nota-se a existência de um sistema rodoviário interligando-as, (aliás com exceção das estradas tronco, é esse o melhor sistema rodoviário do Estado). Nota-se a tendência de escoamento dos produtos agrícolas para Goiânia e Anápolis, onde são beneficiados e ou de onde são enviados para os mercados do Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais e Guanabara.

A região divide-se numa grande zona agrícola, composta pela totalidade dos municípios e numa zona industrial composta principalmente pela capital do Estado e pela cidade de Anápolis.

Essa região, que conta com 7,5% de área total do Estado e com 35,4% da população industrial, (56,6%), produção de arroz, (28,2%), produção de café, (60,3%), produção de feijão, (28,7%), produção de milho, (25,7%), rebanho bovino, (20,7%), e rebanho suíno (24,7%).

Como já foi possível observar a região é bem servida por estradas. Apresenta os menores problemas de energia elétrica, principalmente nas duas maiores cidades. A disponibilidade de mão-de-obra é maior nessa área. A renda por habitante, apesar de superada pela região da Estrada de Ferro, é a que apresenta crescimentos mais significativos. As matérias primas principais podem ser encontradas facilmente na região e contam com razoáveis vias de acesso.

Finalmente um argumento de grande importância, que confirma as possibilidades de industrialização da região, é a sua posição privilegiada face ao mercado consumidor de Brasília, e mesmo dependendo do produto, face aos mercados de São Paulo e Guanabara. Por fim, cumpre salientar que os maiores mercados do Estado de Goiás encontram-se na região Anápolis-Goiânia.

Delimitada a região, a escolha do polo de desenvolvimento resume-se à escolha entre Anápolis e Goiânia. Fez-se pois um estudo complementar para os dois municípios e para as duas cidades, no sentido de aquilatar-se a capacidade das mesmas em comportar a instalação de um conjunto industrial como o sugerido pelo Plano de Industrialização Regional, da CIBRU, bem como analisar as vantagens oferecidas por cada uma delas.

A população dos dois municípios pode ser analisada pela tabela seguinte, que demonstra a grande superioridade, sobre esse aspecto, da capital do Estado.

POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Anos	Anápolis				Sede Munic.	Urbana	Rural	Total
	Sede Munic.	Urbana	Rural	Total				
1940	-	-	-	39.148	-	-	-	48.166
1950	18.350	22.084	28.254	50.338	39.871	40.333	13.056	53.389
1960	48.847	51.169	17.563	68.732	132.577	133.462	20.043	153.505

FONTES : Sinótese Preliminar de Censo Demográfico - Goiás - 1960.
Censo Demográfico - Goiás - 1950
Enciclopédia dos Municípios - IBGE

O crescimento da população do município de Anápolis foi na realidade maior do que o expresso na tabela acima, pois a divisão municipal havida no período intercensitário (50/60) veio desmembrar o município. Entretanto os dados referentes à população da cidade não sofreram influência dessa sub-divisão e portanto a posição superior da cidade de Goiânia é real, tendo apresentado um crescimento de 232,5% ao lado dos 166,2% de Anápolis. (No período 1950/60).

Deve-se lembrar que o fator concentração demográfica é importantíssimo para a determinação de um polo de crescimento econômico, não apenas pelos seus efeitos diretos, mas também pela série de efeitos indiretos que apresenta.

Dessa forma, a cidade de Goiânia além de apresentar um crescimento maior, é mais bem dotada do que concerne aos sistemas de comunicação, redes de água e esgotos, ruas e avenidas, escolas, hospitais, etc.

O que atrai a atenção sobre Anápolis é o seu dinamismo no que diz respeito à produção agrícola, produção industrial e comércio atacadista e varejista. Sob esse aspecto, muitas vezes a cidade de Goiânia é superada. Veja-se por exemplo o quadro a seguir, indicativo da produção agrícola dos dois municípios:

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - ANÁPOLIS e GOIÂNIA - 1962

<u>Produto</u>	<u>Unidade</u>	<u>Quant.</u>	<u>Anápolis</u>		
			<u>Valor</u> <u>(Cr\$.)</u>	<u>Quant.</u>	
			<u>Valor</u> <u>(Cr\$.)</u>		
Arroz	60 kg	92.400	184.800.000	55.200	126.960.000
Café	15 "	3.800	1.140.000	48.000	15.560.000
Milho	60 "	16.100	11.270.000	21.124	25.348.800
Feijão	60 "	21.170	<u>87.368.590</u>	1.010	<u>3.969.300</u>
<u>Total</u>			284.578.590		197.186.900
<u>Rebanhos</u>					
Bovino	Cabeças	93.540	492.700.000	39.105	391.050.000
Suíno	"	76.280	<u>266.980.000</u>	11.729	<u>46.916.000</u>
<u>Total</u>			759.680.000		437.966.000

FONTE: Departamento Estadual de Estatística - Goiás.

O número de estabelecimentos bancários era em 1964 de 24 em Goiânia e 11 em Anápolis.

Quanto à produção industrial já foi feita uma análise comparativa num ítem anterior, que revelou uma maior diversificação da produção em Goiânia. Entretanto, o valor da produção industrial de Anápolis foi maior em 1960 e tem apresentado um crescimento mais significativo, uma vez que em 1958 atingia 539 milhões dos 625 milhões de Goiânia.

As duas cidades estão em iguais condições, quanto à disponibilidade de energia elétrica e transporte ferroviária. Ambas são servidas pelo mesmo tronco rodoviário e constituem nós rodoviários, enfeixando Anápolis as ligações com o norte, e Goiânia as ligações com o sul. Em termos do mercado do Distrito Federal, Anápolis está numa posição favorecida e em termos do mercado de São Paulo as vantagens são auferidas por Goiânia. Entretanto são mínimos

os privilégios nêsse sentido, pois como se sabe a distância entre as cidades é pequena e os custos de transporte se reduzem ainda mais, por se tratar de estrada pavimentada.

Um fator que deve pesar na escolha entre as duas cidades é o tamanho da cidade de Goiânia e sua estruturação decorrente de um planejamento anterior. Deve-se lembrar novamente que Goiânia conta com um espaço reservado para a construção de um distrito industrial, que em 1965, poderá estar em condições de absorver as primeiras indústrias. Note-se que tal idéia está sendo aventada também para a cidade de Anápolis. No entanto, o gráu de maturidade dos dois projetos não pode ser comparado. Nêste último caso, apenas se iniciaram os primeiros estudos.

Finalmente, a situação do eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, favorece a instalação das indústrias em Goiânia, pois dessa forma cria-se um eixo dinâmico maior, tendo-se em vista que grande parte da produção industrial dêsses municípios terá como mercado consumidor a cidade de Brasília.

A rproximidade entre Goiânia e Anápolis, permite no entanto que se repartam as indústrias, instalando-se uma parte delas em Anápolis, quando houverem vantagens que determinem essa instalação. Entretanto, a instalação de tôdas as indústrias na capital do Estado não deixa de ser uma solução plenamente aceitável. Escolher-se-ia esta ou aquela alternativa em face dos resultados de estudos posteriores referentes às vantagens oferecidas especificamente para cada projeto.

2. Alguns Setores Industriais com Possibilidades de Desenvolvimento em Goiás.

Das análises e observações realizadas anteriormente pode-se concluir que o desenvolvimento do Estado de Goiás tem se realizado através do desenvolvimento das atividades no setor agrícola, acompanhado pelo crescimento do setor industrial. Verificou-se portanto que a nascente Indústria Goiana está em extrema dependência da Agricultura, e que o Estado de Goiás tende à se integrar aos grandes centros do país como fornecedor de produtos agrícolas.

Dentre dêsse panorama geral evidencia-se o interêsse de desenvolvimento daquelas atividades industriais que venham à ocasionar aumentos na produção agrícola do Estado. Dessa forma, além de se causar efeitos benéficos nas atividades do setor primário, reter-se-á no Estado aquela parcela de renda relativa ao valor adicionado pelas novas indústrias, que atulamente é transferida para outros Estados. Ao invés de se exportar matérias primas exportar-se-á produtos acabados ou matérias primas semi-transformadas e a parcela correspondente de valor adicionado estará sendo retida no local.

O critério de aproveitamento de matérias primas da região parece portanto, ser uma das linhas mestras para a seleção de setores industriais com maiores possibilidades de desenvolvimento. No caso, inclui-se também o aproveitamento de matérias primas não derivadas do setor agrícola, mas derivadas da Indústria Extrativa Mineral. Sabe-se que as reservas minerais goianas são imensas e o seu aproveitamento pode ser considerado, mesmo em pequena escala, baseando-se em determinadas iniciativas do Governo Estadual do Setor.

Por outro lado, o critério de substituição de importações também viria trazer resultados satisfatórios, representando mais uma vez a transferência de valor adicionado, no caso, das atu

ais regiões produtoras para Goiás.

Portanto, um dos primeiros passos para a seleção dos setores industriais é a análise da pauta de importações e exportações do Estado, que indicaria os excedentes de matérias primas, por um lado, e a capacidade parcial de absorção do mercado regional, por outro.

Deve ser considerada ainda a possibilidade de utilização de recursos potenciais, que naturalmente não estariam expressos nas transações interestaduais. É o caso, por exemplo, do aproveitamento de reservas naturais, ou de fatores abundantes que não estariam sendo considerados pela falta de estímulo. Incluir-se-ia, portanto, a possibilidade de transformação de determinadas matérias primas derivadas da Agricultura, que apesar de não estarem sendo produzidas, poderiam facilmente se tornar disponíveis por uma política de incentivo. No entanto esses casos devem ser considerados com muita cautela, pois mais de uma vez tal política tem encaminhado resultados francamente negativos.

Seguindo-se essas normas gerais e considerando-se a opinião de industriais e homens de governo da região, foi possível chegar-se à uma relação preliminar parcial de setores industriais que mereceriam um estudo mais aprofundado para se constatar as suas viabilidades. Esse estudo está sendo realizado através de elaboração de pré-projetos.

Ressalve-se que o atendimento dos requisitos apontados para a seleção dos setores não é condição suficiente, embora necessária, para a aceitação do projeto. Fixada a localização, (polo de desenvolvimento), é preciso que a empresa tenha condições satisfatórias de funcionamento e possa competir com indústrias já existentes, ou que venham à se instalar, em outras localidades. Não se trata de buscar a localização mais adequada para um dado projeto, mas de selecionar os projetos mais interessantes para uma dada lo-

calização. Dessa forma poderão ser abandonados muitos setores, que apesar de terem condições de desenvolvimento no Estado, não tenham, no polo escolhido, a localização mais adequada.

RELAÇÃO PRELIMINAR PARCIAL DOS SETORES INDUSTRIAIS COM MAIORES POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DE GOIÁS

1. Indústria de Curtimento de Couros e Peles
2. " de Calçados
3. " de Vestuário
4. " de Garrafas e Vasilhame de Vidro
5. " Textil (Fiação e Tecelagem)
6. " de Cerâmica (ladrilhos)
7. " de Mobiliário
8. " de Pasteurização de Leite e Fabricação de Laticínios
9. " de Fabricação de Produtos de Mandioca
10. " de Abate e Frigorificação de Carne em Geral.
11. " de Ferramentas, (pás, enxadas, machados, foices, etc.)
12. " de Óleos Vegetais
13. " de Refinação de Óleos
14. " de Fabricação de Rações Balanceadas
15. " de Beneficiamento de Rutilo (produção de eletrodos e pigmento branco de titânio)
16. " de Cimento e Amianto
17. " de Beneficiamento de Mica
18. " de Massas Alimentícias
19. " de Tintas para Construção Civil
20. " de Produção de Açúcar
21. " de Distilação de Alcool
22. " de Fabricação de Ferro para Construção Civil
23. " de Fabricação de Cal Hidratada
24. " de Conservas de Frutas e Legumes

GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO PARA O PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA
ESCRITÓRIO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

25. Indústria de Fabricação de Produtos de Milho
26. " de Fabricação de Chapas de Madeira Prensada

ROTEIRO PARA VIAGEM RIO-GOIÂNIA-RIO

1. Saída às 6 horas do dia 25 de julho, 3ª feira, com chegada a Belo Horizonte às 14 horas. Banho, almoço, visita à Comissão Estadual do Salário-Educação de Minas Gerais, situada à Rua Paraíba, 641, na qual se deve procurar o Dr. José Roberto Aguiar. Tomar conhecimento da situação da CESE: vinculação à Secretaria, legislação específica, recursos anuais, categoria econômica dos dispêndios, racionalização dos serviços, possibilidade de ação planejadora conjunta da CESE, Secretaria e Universidade de Minas Gerais. Se for o caso, pedir mais informações, que deverão ser estudadas no dia 31, 2ª feira, que será passado em Belo Horizonte integralmente. Hospedagem no Hotel D'El Rey, situado na Praça Afonso Arinos (Rua Goiás).
2. Saída às 6 horas do dia 26, para Brasília. Parada pequena em João Pinheiro (km 411) ou, anteriormente, em Felixlândia (km. 201), com parada para almoço em Paracatu. Chegada em Brasília às 16 horas. Telefonar para o Dr. Wilson Plácido Gusmão, que dirige o Escritório da Representação de Goiás, sito à Avenida W 3, Quadra 5, Lote 3, com telefones 2-7577 e 2-4838. Reunião à noite com Ministro Jarbas Passarinho (4ª feira), já marcada pelo Prof. Edson, na residência do Ministro. Assim que chegar, procurar Edson Franco.
3. Reunião com Diretores do MEC e Ministro do dia 27, com permanência em Brasília. Se for possível, partir à tarde para Goiânia, com parada em Anápolis. Após a reunião (10 horas), almoçar com Edson, Durmerval e Torfs, para ter-se o curso de planejamento educacional no CENDEC.
4. Às 9 horas da manhã do dia 28, contacto com Prof. Jarmund Nasser, Secretário de Educação de Goiás, em Goiânia.

Exame da situação administrativa de Goiás, dados estatísticos disponíveis, pessoal para formar grupo de planejamento.

5. Pela manhã do dia 29, sábado, trabalho na Secretaria de Educação de Goiás, ultimando detalhes para colaboração com Goiás. Deixar documento sobre reforma administrativa, plano de urgência e plano definitivo.
6. Chegar a Brasília na noite de domingo, dia 30 de julho, onde se passará a noite. Contactos com pessoal do MEC ou o Ministro Passarinho, se não for possível nos dias 26 e 27.
7. Dia 31, às 17 horas, partir para Belo Horizonte. Na 2ª feira, dia 31, concluir o trabalho em Belo Horizonte organizando um grupo de planejamento.
8. Partir dia 1º para Rio de Janeiro, às 6 horas da manhã. Passar em Juiz de Fora.

GOIÁS - TRABALHO CIBPU - MINAS GERAIS

GOIÁS - Recursos naturais abundantes (terras férteis, potencial hidráulico, matérias primas industriais, etc.); inúmeras novas frentes agrícolas; crescimento demográfico entre 1950 e 1960 de 4,9% anuais; fluxos imigratórios; falta de mão-de-obra; baixos índices educacionais e higiênicos-sanitários; baixos níveis de renda; setor primário predominante (65% da renda); setor secundário incipiente; o crescimento do setor industrial não tem superado o do agrícola, devido à expansão das terras cultivadas; falta de energia e necessidade de ampliar Cachoeira Demada, construir São Felix e aproveitar o potencial do Canal de São Simão; rede ferroviária pobre (pouco mais de 400 km.); rodovias crescendo na região sul do Estado; inexistência de navegação fluvial; grande abastecedor de produtos agrícolas (arroz, milho, feijão, café), apenas com problemas de transporte na ligação dos centros produtores aos consumidores e com pouca melhoria na racionalização das culturas; grandes propriedades; rendimentos constantes; produção animal e derivados menos importantes, mas contando com grandes rebanhos; considerável produção de leite; início do processo de industrialização (região de Goiânia; Anápolis e Brasília) de produtos pecuários; indústrias principais alimentícias, transformação minerais não metálicas e madeira; os polos são Goiânia e Anápolis (indústrias com potencialidades: curtimento, calçados, vestuário, garrafas e vasilhames de vidro, cerâmica (ladrilho), textil, mobiliário, pasteurização de leite e laticínios, produtos de mandioca, carne em geral, etc.)

MINAS GERAIS - Área de 583.000 km². Regiões Sul, Oriental e entre as duas, a Bacia do Rio São Francisco; terras férteis mas sujeitas à erosão no sul (parte) e na parte oriental; terras de baixa fertilidade na parte ocidental (Bacia de São Francisco) com

pecuária abundante; produção agrícola na região de matas (25%), que tem parte da produção leiteira; criação de bovinos de corte nos restantes 75%, com campos, cerrados e caatingas (4%); população de 10 milhões em 1960; emigrações para Guanabara, São Paulo, Paraná, Goiás e Mato Grosso; população urbanizada predominante nas Zonas Metalúrgica, Triângulo Mineiro e Campos de Mantiqueira; mercado consumidor concentrado abaixo do paralelo 19; capacidade instalada de 919 000 kw em 1962; café, milho, feijão, cana de açúcar e mandioca são produtos agrícolas principais; baixa elevação da produtividade agrícola; maior rebanho do Brasil; taxa de de 5%; exportação de gado em pé; maior bacia leiteira do País no sul dos Estados; na indústria predominância de alimentícia, metalúrgica, têxtil, mineiras não metálicas, extrativa de produtos minerais e madeira; municípios especializados em certos setores industriais; polos industriais potenciais são Varginha, e Uberlândia, segundo trabalhos da CIBPU; os atuais são Belo Horizonte, Juiz de Fora, no primeiro plano.